



REQUERIMENTO Número /XIV (.ª)

PERGUNTA Número /XIV (.ª)

Assunto: Programa de emergência para o setor do cinema e audiovisual

Destinatário: Ministra da Cultura

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em comunicado, a Plataforma do Cinema classifica o impacto da atual crise económica no setor do cinema como “calamitosa”. “As salas de cinema estão fechadas e, quando finalmente for possível reabri-las, prevê-se uma fraca afluência de público. Várias produções (algumas já em fase de rodagem) foram interrompidas e adiadas sine die; quando regressarem as condições para poder prosseguir, os produtores terão de fazer face ao acréscimo de custos da paragem forçada e das novas condições de rodagem em contexto de distanciamento social”.

Por isso, a Plataforma do Cinema apresentou um conjunto de propostas ao governo, nomeadamente a criação de um fundo de emergência para trabalhadores do setor; um plano de contingência para amortizar prejuízos da suspensão das atividades previstas; e a reativação do protocolo entre a RTP e o ICA para aumentar o investimento da empresa pública na produção cinematográfica portuguesa.

Em reunião com o governo, avança a Plataforma do Cinema, o Secretário de Estado “rejeitou a totalidade das propostas apresentadas pela Plataforma, alegando que não podem existir medidas de apoio a fundo perdido, que as questões dos trabalhadores da cultura devem ser resolvidas pelos ministérios centrais e que as medidas de apoio ao sector se irão cingir à flexibilização das regras administrativas no ICA”.

O Bloco de Esquerda acompanha a reação de espanto da Plataforma do Cinema face à inação do governo. Importa por isso esclarecer que recursos orçamentais estariam disponíveis para avançar com programas de emergência para o setor. Fundo geridos pelas entidades públicas que do setor é o modelo seguido em vários países na resposta à crise, nomeadamente França (com o Centre National du Cinema et de l'Image Animée) e o Reino Unido (através do British Film Institute).

Sucedede que a flexibilidade orçamental do Instituto do Cinema e do Audiovisual é provavelmente bastante superior à vontade política do governo. Em 2016, veio a público a recusa do Ministério das Finanças em transferir para o ICA os saldos de gerência num montante que ultrapassava 10 milhões de euros de receitas não utilizadas de 2015 (o ICA é financiado pelas taxas definidas na Lei do Cinema cujas receitas são entregues ao Ministério das Finanças para posterior orçamentação nas unidades orgânicas), o que iria provocar atrasos nos pagamentos calendarizados aos produtores de cinema. A situação resolveu-se no final de 2016 mas esta é uma prática estabelecida e, existindo neste momento saldo de gerência de anos anteriores, tal permitiria



umentar a capacidade financeira do ICA para programas de emergência específicos.

A realocação de verbas provenientes de saldo de gerência é, aliás, prática estabelecida pelo próprio governo dentro das unidades orgânicas do Estado nomeadamente na relação com o setor do cinema. O decreto-lei 45/2018, que criou o Fundo de Apoio ao Turismo e Cinema, define de forma clara no artigo 4.º que uma das principais fontes de financiamento deste fundo são, precisamente, “a aplicação de saldos de gerência do Turismo de Portugal, I.P., mediante autorização conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do turismo e das finanças”. E, no artigo 6.º, define o valor das receitas do Fundo: «a)Receitas de saldos de gerência do Turismo de Portugal, I.P., até ao limite de 50 milhões de euros, conforme previsto no n.º1 do artigo 4.º”.

Quer isto dizer que, confirmando-se os valores disponíveis só neste Fundo, a flexibilidade orçamental já existente nas diferentes entidades orgânicas do Estado deveria ser suficiente para criar programas de resposta rápida à crise no setor. E, assim sendo, o Bloco de Esquerda apela ao governo para que utilize os recursos já disponíveis e por ele criados. A existência de um Fundo de Apoio com recursos próprios, na atual situação de emergência, deveria obviamente ser reorganizado para apoiar de facto o Cinema em vez de ficar paralisado à espera de um futuro incerto inclusivamente para o próprio ICA que, sendo financiado pelas taxas da Lei do Cinema (Lei n.º 55/2012), será duramente afetado pela quebra de receitas provocada pela crise económica.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Cultura, as seguintes perguntas:

- 1 - Quais são os atuais saldos de gerência do ICA? Pondera o governo recorrer a estes fundos para criar programas de emergência para o setor?
- 2 - Confirma o governo a disponibilidade financeiro do Fundo de Apoio ao Turismo e Cinema criado pelo Decreto-Lei 56/2018?
- 3 - Vai o governo reorganizar o Fundo para apoiar de facto o setor do Cinema, tal como propõe o Bloco de Esquerda?
- 4 - Porque razão não avançou já o governo com programas de emergência próprios para o setor?
- 5 - Tem o governo estimativas sobre a expectável quebra de receitas das taxas da Lei do Cinema, que financiam o ICA? Como irá compensar esta perda de receita?

Palácio de São Bento, 28 de abril de 2020.

**As deputadas,
Beatriz Dias e Alexandra Vieira**